

PROPOSTA EDUCATIVA E MANIFESTAÇÃO POLÍTICA

*Aloísio Ruscheinsky*¹

O resultado da pesquisa a seguir pretende elucidar aspectos da proposta educacional inerente à articulação proporcionada por um movimento social na expressão da luta pela reforma agrária. Utilizando as contribuições de Gramsci sobre a mudança cultural, examina-se a consolidação do processo educativo nas dimensões do pensar e do agir, da prática e da teoria. No transcurso, serão apontados dilemas históricos postos à mudança da ótica cultural.

Palavras-chave: educação política, movimento social, cultura, condicionamentos.

¹ Professor de Sociologia no Decc-Furg, Rio Grande; doutor em Ciências Sociais pela USP-SP.

SEMEANDO PALAVRA

O intuito original do presente texto refere-se à freqüente interrogação no campo da cultura política sobre a perspectiva de mudança nos horizontes da interpretação do contexto histórico presente. Tal fato leva a refletir sobre a ação pedagógica possível junto aos setores subalternos da sociedade brasileira e, de forma peculiar, junto às mobilizações populares em meio às disputas decorrentes dos variados interesses das diferentes forças sociais. Nesse sentido, considera-se que as questões pedagógicas a serem detectadas, devidamente destacadas ao longo da trajetória do movimento considerado, conectam-se intimamente com aspectos suscitados pelas temáticas da ideologia, da política e da economia. Cabe reconhecer as coincidências pela confluência estabelecida, sem desdenhar a devida especificidade.

Quanto à metodologia empregada na presente pesquisa, fez-se uso de entrevistas com lideranças e assessores do movimento em destaque, bem como examinaram-se inúmeros documentos em meio ao abundante material por ele publicado. O andamento da pesquisa pretende elucidar alguns aspectos da proposta educacional inerente à articulação proporcionada por um movimento social. Utilizando as contribuições de Gramsci na ótica da mudança cultural, examina-se a consolidação do processo educativo nas dimensões do pensar e do agir, da prática e da teoria, isso sem furtar-se a

apontar dilemas históricos postos à mudança da ótica cultural.

Consideramos aqui a formação política como toda tentativa de elaborar, dentro do movimento social, perspectivas que contribuam para a emergência da crítica ao contexto histórico, bem como de uma ação conseqüente; a elaboração do conhecimento de tal forma que venha nutrir um patamar de consciência social e que explicita a luta pela terra na dimensão da disputa entre forças sociais. A formação política relaciona-se diretamente com a construção da consistência ideológica das posições assumidas pelos membros que compõem o movimento social. Tal consistência inclui uma dimensão histórica que abrange uma avaliação do processo político, do desenvolvimento social e das possibilidades de sua subsistência enquanto sujeitos no processo histórico em destaque. Nesse sentido, a formação política ora em exame rima com a consolidação de dimensões fundamentais da cidadania.

A nucleação de membros através de grupos locais, no panorama de um movimento social, consolida-se como criação de espaço de sociabilidade, de debate e de homogeneização no sentido de empreender esforços para a consecução das reivindicações experimentadas como coletivas. No seu encadeamento, esses passam a incluir contornos políticos e transformam-se em movimentos de educação política, ou seja, em cada situação, aparece como fundamental para tal en-

cadeamento a criação de oportunidades de discussão e de adesão a um projeto elaborado de mudança das condições de vida, ou de chegar à explicitação das razões para aderir a novas perspectivas, em que a dimensão da cidadania pode exercer influência substantiva.

A análise, de maneira particularmente circunstanciada, do anunciado processo de educação proporcionado por um movimento social leva a refletir sobre a emergência no plano político através das mobilizações públicas. Nesse sentido, pode-se considerar que a ação pedagógica possibilita avanços no conjunto do movimento, segundo o entendimento das suas lideranças. Com o exame do percurso, é possível afirmar isso a partir do tratamento atribuído à *educação política* como instrumento de alteração dos patamares de leitura do real para a perspectiva de consciência crítica. Cabe ressaltar desde já que o problema apresentada a devida complexidade na medida em que se verifica uma relação tensa entre as mudanças na base cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e as condições objetivas ou os condicionamentos sociais, políticos e econômicos.

O PROCESSO EDUCATIVO

Inicialmente, convém distinguir os termos *educação* e *formação política* ou *conscientização* e *politização*. Entendemos que educação política tende a ser vista como um processo planejado de trei-

namento pedagógico-cultural, incidindo na alteração da visão de mundo; a formação política tende a ser dimensionada como a potencialização da capacidade existente para a ação no contexto e forjada no processo participativo. Essas duas perspectivas integram de forma concomitante e tensa o mesmo processo educativo no seio do MST, como dois pólos do desenvolvimento das lideranças e da participação dos membros na execução dos objetivos propostos. De outro, convém tomar o devido cuidado interpretativo com a compreensão expressa no seio do movimento a propósito da anunciada conscientização, uma vez que pode ser confundida com a visão equivocada de quem entende posicionamentos divergentes como inconscientes, ou toma-se como recipientes vazios a serem preenchidos com determinados conteúdos de ordem política.

A distinção apontada permite, de imediato, referenciar-se a diversidade dos aspectos que compõem o processo e apresenta-se com o intento de auxiliar na compreensão da complexidade do assunto em questão. Todavia, parece igualmente necessário deixar claro que, no seio do movimento, o exercício da formação identifica-se, com frequência, com estudo de aspectos relevantes do contexto em curso².

O processo educativo, nessa dupla dimensão, vem a ser toda tentativa levada a efeito dentro de um momento histórico que contribua tanto para a emergência da crítica à realidade social quanto

para a ação conseqüente. A elaboração de patamares crescentes da consciência crítica dos trabalhadores sem-terra sobre sua existência tende a apresentar-se no cotidiano mediada pela luta de acesso à terra, sobretudo na medida em que explicita e dimensiona um empenho entendido pela ótica política. O processo em destaque relaciona-se diretamente com a consistência das posições assumidas pelos trabalhadores nos embates e confrontos, objetivando alcançar suas reivindicações. Tal consistência inclui a valorização da dimensão política, a avaliação criteriosa do processo de desenvolvimento social e das possibilidades de sobrevivência dos trabalhadores no decorrer das suas lutas empreendidas.

A dupla dimensão do processo educativo passa por uma ambigüidade na forma como se desenvolve e na definição dos elementos que o constituem ao longo do percurso. De um lado, os meios colocados em ação valorizam consideravelmente o fator denominado de *conscientização*, como busca de convencimento individual através da assimilação de patamares discursivos; de outro, compõem o intuito original presente no discurso ideológico, aparecendo como da essência do próprio movimento a forma coletiva de encaminhamento das questões principais, ou seja, o empenho de esforços, preferencialmente em atividades coletivas, consolida-se com a politização de novos sujeitos sociais.

O desencadeamento da educação política leva à sistematização organiza-

da de conteúdos tidos como fundamentais em dada conjuntura e ao empreendimento de encontros regulares em nível nacional, estadual, regional, municipal e local. A heterogeneidade de assuntos integra freqüentemente a pauta dos encontros de formação promovidos segundo um cronograma: avaliação da conjuntura e da sua prática, planejamento, estudo sistemático, troca de experiências, relatos, informes. Em todos os níveis mencionados, verifica-se a valorização da tradição oral, com a narração de experiências ocorridas e com a análise dos principais fatores que conformam a conjuntura. Apresenta-se como forma concreta de vincularem-se informações específicas, além de ventilar-se tal mecanismo como instrumento para divulgar estratégias e dirimir conflitos que não convém divulgar através de forma impressa.

Ressalta-se, assim, o emprego de determinadas táticas e a respectiva importância para formular aspirações no imaginário das lutas e na consolidação de empreendimentos coletivos. Por outro lado, o desencadeamento desse processo importa, ao mesmo tempo, em aumento considerável do volume de leitura, de modo particular para todos os níveis dirigentes. O hábito de leitura, praticamente inexistente entre os trabalhadores semi-alfabetizados, assume agora um caráter importante na medida em que permite a apreensão do conteúdo de folhetos, boletins, jornais, manuais e a assimilação de hinos. Nesse sentido, a edu-

cação política torna-se um processo envolvente e cujo desenvolvimento torna-se a oportunidade de as propostas de ação, previsivelmente, poderem aproximar-se do nível homogêneo, assim como o encaminhamento das aspirações. Ainda mais, trata-se de momento político que afeta diretamente a esfera cultural.

A EFICÁCIA NO USO DOS SÍMBOLOS

A emergência da mobilização representa um contato inevitável com parcela das forças políticas existentes, seja no intuito de angariar apoios ao empreendimento, seja porque as propostas chocam-se com outras opostas. No rumo de tal desenvolvimento, a educação política configura-se na tentativa de acrescentar à dimensão econômica uma compreensão no campo político. Numa fase inicial, esse processo pode-se apresentar extremamente diversificado para os componentes do movimento, vigorando ora uma fé inabalável na meta do acesso à terra, ora a dúvida ante a emergência organizativa ou o risco de mais um fracasso. Sob a ótica de subsistência no mercado concorrencial, a participação no intento do acesso à terra é, efetivamente, um risco.

A questão da diversidade de compreensão por parte de setores subalternos e das etapas através das quais se modifica o modo de pensar tem sido longamente tratada pela bibliografia que trata dos movimentos sociais. A educação

política ensejada fundamentalmente sob a ótica das lideranças não significa passar para outra dimensão política, descuidando da urgência que os trabalhadores têm de melhorar as condições de vida. A mudança do horizonte que os trabalhadores buscam na mobilização em prol do acesso à terra significa compreender que o atendimento de demandas representa atingir a condição de influenciar determinada decisão de cunho público; portanto, a luta coletiva empreendida passa crescentemente a ser perpassada pelo empenho político. A direção pretende que tal empenho continue crescendo, alastrando-se para o conjunto dos membros do movimento, inclusive angariando novos membros e, ainda, alcançando o assentamento na terra conquistada. Nessa dinâmica, colocam-se os cursos regularmente organizados.

A tensão entre as reivindicações econômicas dos trabalhadores e o tratamento da dimensão política permanece uma constante no processo educativo. As ambigüidades podem se manifestar de formas diversas, entre as quais se pode destacar: supor-se que alterações econômicas implicarão de modo imediato, modificações políticas e pedagógicas; desistir da dimensão cultural privilegiando o discurso político; trabalhar a dimensão educativa quase ignorando possíveis vitórias de caráter imediato. Novamente, a questão da articulação entre dimensões complexas se põe para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou corre-se o risco de equívocos, como no caso de su-

por que, no seio do movimento, somente há espaço para a visão de que apenas os trabalhadores “convertidos” podem agir coerentemente, a partir de um processo de renovação das idéias.

O incentivo ao desenvolvimento da dimensão política está expresso desde os primeiros documentos publicados, enfatizando esforços para recuperar a memória social e, ao mesmo tempo, valorizando o conhecimento obtido pelos indivíduos envolvidos, propondo a permanente troca de experiências. O discurso sobre a formação política vai sendo cunhado desde as primeiras experiências de treinamento de lideranças, sendo introduzido como prática permanente ao longo das diversas lutas, com suas diferenciadas possibilidades de obter os resultados projetados.

O uso de símbolos - a cruz, a enxada, a foice, a representação da família, a planta, a bandeira, os hinos - constitui-se numa prática corrente e conjuga-se com um discurso que recobre um significado próprio consolidado. O conjunto dos respectivos símbolos e a importância de cada qual alteram-se dentro das circunstâncias históricas, assim como da orientação política de quem está à frente da mobilização. A sua função parece predominantemente educativa ao incrementar determinados sentimentos e compreensões no horizonte da disputa política pela sobrevivência. Representa bem o sentido dessa passagem o fato de os símbolos, ao longo da história do movimento, terem tido uso político, produzindo

coesão e prolongando a resistência. No movimento, ao enfatizar a formação crítica, explica-se o uso dos símbolos com um significado especializado para cada ocasião e proporciona-se a perspectiva de renová-los no tempo e espaço³. Cabe constatar que o elenco dos símbolos empregados vai alterando-se segundo horizontes internos e confrontos em curso.

Ao lado da transição do pensamento submisso para a construção do saber coletivo apontada como conflitiva, permanece a tensão entre o emprego de formas de expressões em uso da cultura popular e a pretensão da elevação intelectual (Caldart, 1987).

Uma das grandes interrogações pertinentes à temática em exame refere-se à viabilidade de mudar o conteúdo de símbolos utilizados, de cunho popular, sem modificar no mais o seu caráter⁴; ou, por outro, apresenta-se a controvérsia da possível e necessária modificação desse conteúdo dos símbolos tradicionais para auxiliar numa nova dimensão política, ou se já preexiste nesses elementos populares algum aspecto, pelo menos em potencial, que pode levar ao questionamento e/ou à modificação da sociedade. Essas se revelam questões da perspectiva cultural que se colocam e para as quais parece inexistir uma prévia resposta independente do momento histórico. Só a análise do percurso dos movimentos sociais poderá iluminar sua compreensão e seus efeitos na realização de objetivos propostos.

FORMAÇÃO A PARTIR DA PRÁTICA

O encadeamento do processo de formação política, como agora mesmo apontamos, pode ser visto como potencialização das capacidades. Isso no sentido em que se toma a prática social como ponto de partida e, de outro lado, ao mesmo tempo de chegada, pelo processo do conhecimento. No movimento em destaque, ela ganha a dimensão da compreensão do significado das mobilizações empreendidas e dos confrontos delineados a partir da própria ação sobre a realidade social. Nesse sentido, compreender o desenvolvimento das mobilizações e a complexidade das negociações permite trazer à tona a reflexão sobre elas no respectivo momento. Nessa perspectiva, colocam-se, igualmente, os encontros de avaliação do desenvolvimento, nos quais se examinam o relacionamento entre as propostas, as respectivas atividades destacadas e os resultados por ambas obtidos.

Especialmente na coordenação, verificam-se os resultados obtidos e as formas de adesão às propostas formuladas. A avaliação pretende consolidar-se como momento ímpar de animar a formação de opinião, questionando sua própria ação. Criam-se novas percepções do funcionamento das relações sociais e dos condicionamentos em que as demandas se enredam. A estratégia de formação está intensamente ligada à tarefa da organização de forma mais consistente das aspirações.

Ao que tudo indica, nesse processo assinalado, formulam alguns pontos que desembocam na conformação de uma nova identidade social, tanto do movimento na totalidade como, individualmente, de seus participantes. A consistência do movimento requer a formulação de uma identidade com ressonâncias tanto na dimensão interna como para efeitos de atividade junto ou frente aos atores externos. Em outras palavras, por conta da adesão, da mudança de horizontes e da assimilação de um novo papel, conformam-se os patamares de uma identidade que se expressa socialmente. O reconhecimento, pelo conjunto da sociedade, de uma figura integrante do cenário, da condição de trabalhadores sem-terra, assim como a colocação disso como um problema social, representa um espaço conquistado, por vezes, a duras penas e sob críticas públicas. Pelo desenlace dos acontecimentos apontados, vai delineando-se e crescentemente se define um novo *personagem* no campo político, o qual é capaz de expressar de público a sua condição e a sua identidade.

Esse fato ilustra a participação através da qual se visualiza uma situação social tornada conflituosa em vista da insistência pública pela terra. Tal senso de cidadania mostra uma mudança, através de uma nova configuração social da imagem do trabalhador rural perante a sociedade e, inclusive, representada por ele mesmo. Em lugar do camponês com enxada, roupa surrada, remendada e chapéu, servindo para divertir ou fa-

zer graça, no ato pela cidadania, o público defronta-se com figurantes de um movimento social que tomam posição deliberada no conflito agrário e a demonstram publicamente. Novos rumos são visualizados, pois que, empenhados em tomar posicionamentos nitidamente políticos, apresentam uma intenção política, por meio de iniciativa recheada de ambigüidades por parte dos despossuídos de terra para trabalhar, visando a um lugar ao sol.

Sobre essa definição de implementação de outro patamar de tratamento das demandas postas pelos setores subalternos da sociedade, assenta-se de modo peculiar a unidade do MST. A partir da percepção coletiva de uma carência, sobretudo pelo volume dos percalços no decorrer das vias para o seu suprimento e dentro de certas condições sociais, emerge um discurso progressivo propondo a alteração da estrutura social vigente. Nesse sentido, alguns momentos de educação política abrem espaço para uma interpretação crítica da sociedade e possibilitam a projeção de interesses para além das reivindicações imediatas. Nesse processo, encaminham-se necessariamente as discussões sobre institucionalidade, poder político, alianças, negociações, direitos sociais e manifestações públicas.

Por meio de um discurso tido como radical, esboça-se um ideal de sociedade democrática para a vigência de sua cidadania, assim como de uma ampla organização da sociedade civil. Procede daí a

proposta de uma organização social e poder político, com construção de uma democracia, em termos igualitários, que supere as injustiças e desigualdades próprias do capitalismo (Singer & Brant, 1981). Aliás, o empenho pelo aprimoramento provém de longa data, pois, a partir da metade da década de 1980, o movimento em destaque investe crescentemente na formação das lideranças. Tal postura decorre da leitura feita, compreendendo-se que a direção política coerente depende, em grande parte, de um comando competente.

A PRESENÇA DOS INTELLECTUAIS

A compreensão do significado da educação como processo e momento de passagem fundamental ao movimento apresenta-se no debate sobre o papel característico dos intelectuais. Em outros termos, para configurar instrumentos políticos, consolidar a unidade das mobilizações, formular um projeto por meio da presença de intelectuais, torna-se de fundamental importância um processo simultâneo em que se integram tais perspectivas.

Ao longo da pesquisa de campo, acompanhando uma diversidade de momentos e atividades, ficou perceptível que os assessores são uma constante na trajetória educacional, especialmente importantes na medida em que detêm técnicas, informações, metodologia ainda não acessíveis aos trabalhadores em de-

terminada situação do movimento social. A expressão “só dirige bem quem sabe”, de uso corrente no discurso das lideranças, porém remetendo ao pensamento gramsciano, aponta para a transmissão de instruções e treinamento por parte de elementos detentores dos mesmos. Os dirigentes informados, via meios de comunicação próprios e momentos de formação, estabelecem redes de intercâmbio, constituindo-se como fundamentais no sentido de garantir a organicidade da mobilização de setores sociais antes existindo enquanto segmentados.

Segundo Gramsci (1986),

o elemento central na relação entre intelectual e classe subalterna encontra-se no equacionamento da tensão entre teoria e prática. Na dimensão do movimento estudado a questão se põe via educação política, definindo-a como um momento de elevação do grau de consciência crítica dos militantes; mais ainda, formando novos militantes em circunstâncias que remetem à amplitude organizativa e de luta. Conforme o autor citado, sentir o que se passa ainda não significa “compreender e saber”, ou seja visualizar a demanda aspirada, não dá de imediato a capacidade para traçar rumos conseqüentes. Sendo assim o elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe⁴; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, muito menos “sente”.

Isso funda uma tensão positiva pela qual podem ser lidas as relações entre direção e base referentes a um movimento social. Dentro do movimento, tende-se a atribuir-se ao assessor o papel do encaminhamento da reflexão sobre a ação e, de acordo com o patamar em que o mesmo se encontre, distinguir entre os momentos, destacando o mais adequado para empreender diferentes ações.

A colaboração entre assessoria - de origem mais diversa em etapas iniciais - e movimento visa ao ajustamento entre a compreensão de um conjunto de elementos constitutivos da visão de sociedade e a intervenção conseqüente no campo dos interesses. A questão dos intelectuais no grupo social estudado está diretamente ligada ao problema da interação das forças políticas num processo mais geral da educação política dos trabalhadores como um todo, pois o respectivo procedimento educativo possuirá tanto maiores chances quanto mais alargar horizontes para além da iniciativa do movimento.

A promoção dos encontros de educação política, entre outras perspectivas já arroladas, visa contribuir para manter ou modificar, no sentido de unificar, as diferentes concepções de mundo no desenvolvimento de capacidades junto aos militantes; objetiva proporcionar elementos de uma nova maneira de pensar e vivenciar a subalternidade a partir do engajamento na luta pela terra. O avanço político manifesto em depoimentos,

embora expresse bem os procedimentos em apreço, certamente não permite generalizar a temática expressa e, como tal, não representa uma situação homogênea no seio do movimento destacado.

A assimilação por parte dos trabalhadores sem-terra das posições assumidas pela fração mais avançada constitui-se num problema de educação política referente ao conjunto do movimento. Ainda mais traça referência expressa à sua conformação com as exigências do fim principal a alcançar, tendo em vista a unidade das mobilizações (Gramsci, 1977).

Nos documentos dos congressos e em alguns outros encontros importantes aparecem freqüentemente expressões reveladoras da ótica adotada, como *formação de lideranças, preocupar-se com os militantes, militantes com visão profissional da luta*.

O cronograma elaborado com a finalidade da politização e levado a efeito pode ser questionado se observarmos que a tendência parece restringi-lo ao contingente mobilizado, sobretudo em função de ocupações ou acampamentos e assentamentos. Mais do que isso, deve-se levar em conta que os trabalhadores têm certos mecanismos pelos quais podem, em certa medida aceitar ou rejeitar, distinguir ou assimilar o que lhes interessa e, em determinado momento, podem assumir a ação que lhes pareça eficaz⁶, independentemente da convivência do movimento organizado. Seria ingenuidade, e mesmo desqualificação da potencialida-

de transformadora dos trabalhadores, pensar-se que a educação política configura, necessariamente, uma vanguarda. A multiplicidade dos momentos propiciadores dessa educação difere da simples transmissão de propostas.

Vários textos de inspiração gramsciana apontam para o fato predominantemente positivo que revela a preocupação com a mudança da visão de mundo mediante uma consistente ação e reflexão sobre a realidade. Explica-se tal empreendimento pelo intuito de compreender as formas como as relações sociais podem ser transformadas e como preparar a mudança cultural no sentido almejado⁷. A presença quase permanente dos assessores nos instantes mais significativos coloca questões de ordem estrutural e que levantam os alcances e os limites de seu papel no movimento. Certamente, com um exame minucioso, encontraríamos ambigüidades nas etapas de politização, nas ações planejadas, por vezes, no segredo da informação e nas possibilidades do trabalho pedagógico. Além disso, essas resultam em diferentes posturas em relação à crítica social.

Os conflitos expressos e implícitos envolvendo a ação do MST podem ser considerados como pertencentes à esfera de possibilidade da integração na respectiva sociedade ao mesmo tempo em que a contestam. Isso leva a um enfrentamento situacional que, por sua vez, se traduz no fato de que a sociedade envolvente venha a rejeitar, igualmente, não só as ações resultantes da organização

consistente do movimento, mas também, por consequência, os elementos de crítica social que o sustentam. Tal consideração parece contradizer o que foi dito anteriormente, porém se enquadra nos horizontes dos resultados políticos alcançados. Por um lado, a força coercitiva da sociedade do entorno manifesta-se de múltiplas formas; por outro, o movimento mesmo fica prensado entre os limites de angariar apoios e de permanecer fiel aos seus propósitos. Nesse contexto, as perspectivas ideológicas do movimento tendem a afinar-se sob o perfil do reformismo social.

O CONFRONTO PEDAGÓGICO

A educação política atua num campo cultural onde a disputa pelo controle social, pela interpretação da sociedade se faz presente. Portanto, combate tanto com o senso comum quanto com a ação dos opositores ou, melhor ainda, com os posicionamentos enunciados pela ideologia dominante. Nesse sentido, pode ser entendida como formadora de *opinião pública* entre os trabalhadores sem-terra. A adesão ao movimento e sua emergência no respectivo contexto histórico podem ser consideradas uma luta pela cidadania, na medida em que os trabalhadores conquistam, dessa forma, um direito à organização política própria. É por esse motivo que alguns setores da oposição acusam a Igreja Católica progressista de *inventar* a razão de ser do MST e de subverter a passividade dos

“pobres” camponeses, inclusive comprometendo a paz social.

Tanto o senso comum como a ideologia dominante expressam assim um papel reservado a esses trabalhadores no atual contexto social. E esses setores reagem quando percebem que os trabalhadores se aglutinam para fazer valer o direito de organizar-se, mesmo sendo a organização política um direito formalmente reconhecido pela legislação em vigor. Assim, verifica-se a ausência de um consenso na sociedade local sobre a questão em destaque, mesmo que isso leve a uma sociedade com maior igualdade social. Se, enfim, o próprio direito político de associação passa a ser contestado de uma maneira permanente, mais ainda se persegue, sem tréguas, qualquer resquício do direito à solução da questão social exposta cruamente ao tecido societário.

As mudanças no horizonte cultural dos trabalhadores significam um confronto real com os patamares de submissão ante a ideologia dominante; em outros termos, significa introduzir alterações fundamentais na percepção do mundo, no intuito em que vem implicada uma visão crítica. Temas, como legalidade/ilegalidade, justiça/injustiça, direitos plenos de cidadania, questionam o patamar da ordem vigente firmada na exclusão. Nesse sentido, o confronto pedagógico primário consiste no encontro entre a experiência acumulada e os novos conteúdos, rumo pelo qual se pretende atingir uma visão crítica do contexto vivido.

O estudo das leis referentes à questão agrária leva os trabalhadores ao conhecimento das possibilidades do movimento dentro da legalidade; ao mesmo tempo, permite visualizar ainda a forma de agir diante da legislação e na qual se apóia para o alcance das reivindicações. A esse conhecimento insuficiente por si mesmo vem juntar-se a indignação ética frente ao que passou a ser considerado injustiça na ótica classista. Parece que tal indignação exerce um papel importante nos movimentos ante a possibilidade de conquista dos direitos sociais visualizados.

Em todos os casos, demonstra-se fundamental para a emergência do movimento social o questionamento da respectiva legitimidade/legalidade. Há uma objetividade legal referente ao conjunto das definições por meio das leis vigentes e sobre as quais se baseia a questão da propriedade da terra. Igualmente, ao longo do tempo conformou-se uma legitimidade que não está instaurada, de fato, no horizonte de todos os cidadãos. Existe o direito legalmente estabelecido: o cartório, a escritura lavrada, a cerca. O MST questiona antes as bases tidas como insuficientes da legitimidade e não propriamente da legalidade. Aqui, denota-se um dos aspectos do perfil do movimento a partir do qual se destacam limites à potencialidade transformadora do real e do horizonte pedagógico.

O questionamento da legitimidade referente à propriedade da terra dentro da ordem estabelecida possibilita o cres-

cimento da consciência do direito ao uso da terra para nela trabalhar. Nesse sentido, opera como elemento da identidade social, da pertença ao coletivo integrante da classe trabalhadora. Assim, o relacionamento legitimidade/legalidade tem um duplo papel, que define os alcances e os limites do movimento social. Dentro do mesmo quadro que aponta para a disputa entre atores sociais é que se coloca, segundo a compreensão interna ao movimento, a temática da reforma agrária no país como uma discussão das mais freqüentes⁸; inclusive, perpassa a realidade movimentalista como um desafio posto à prática educativa no horizonte das lutas sociais do campo.

A perspectiva de mudanças culturais relaciona-se com o horizonte da vida moral e com a visão de moralidade dos atos legais e ilegais. As ações concernentes ao movimento em apreço remetem a uma nova intuição de vida, a um modo de sentir os interesses e de ver a realidade conflitiva em que se vive; inclusive, tornam-se significativos os termos comparativos com outras formas de organização social, isto é, conhecer outras alternativas à sociedade existente para fazer frente à ideologia dominante. Essa perspectiva vem sendo fundamentada pela tentativa de estudo das diversas sociedades e como nelas se situam alguns aspectos: trabalho/trabalhador, terra/riqueza, mulher/cidadania, a participação/democracia distributiva.

A pesquisa sobre a história do movimento revela uma rica documentação

onde se firmam os respectivos posicionamentos. Dessa forma, ao examinar um relato de encontro - datado de outubro de 1985 e realizado em Chapecó -, conferem-se os seguintes problemas e temáticas discutidos: reforma agrária e socialismo, regimes políticos e sistemas econômicos, características comparativas do socialismo e do capitalismo, partidos. Pelo relato, torna-se perceptível que, nesse e em outros encontros, inclui-se o cuidado com a verbalização dos temas abordados, buscando-se construir um discurso próprio. Nesse sentido, organiza-se o debate com o uso freqüente de trabalhos em grupo, seguidos de plenário para a apresentação do seu resultado.

O rumo apontado pela via da educação em exame, nos aspectos em que se contrapõe à condição subalterna, pretende encaminhar-se para além do conhecimento das relações sociais; objetiva visualizar a possibilidade de influir sobre as mesmas e de dirigir as ações com mais eficácia. Por outro lado, é imperioso reconhecer que um livro provavelmente não basta para modificar as relações sociais ou o horizonte pedagógico de uma liderança; nem mesmo um livro ou um dirigente transformam a realidade das condições de existência e de mobilização de setores subalternos (Gramsci, 1978).

Assim, porém, como a ideologia dominante infiltra-se de múltiplas formas e freqüentemente confunde-se com aspi-

rações genuínas, também a ação pedagógica em larga escala representa um desafio pela singularidade que retém como processo.

A afirmada pedagogia do movimento, de certa forma herdada da organização eclesial, revela um direcionamento da participação efetiva para perceber a opressão e possibilitar um posicionamento coerente. Contudo, tal concepção, pela qual a direção do movimento afirma que os trabalhadores são sujeitos de sua própria história de formação e ação, contrapõe-se ao reconhecimento dos condicionamentos econômico-sociais.

Os condicionamentos apontados afetam o processo levado a efeito pelo movimento em apreço: a educação política enfrenta contradições e esbarra em efeitos contrários inesperados originados da dominação ideológica. Esta se define na direção da reprodução e reforço da sociedade vigente, por vezes com a aparência ofusadora e discurso semelhante ao popular. Neste sentido, a crítica eficaz tende a abranger a totalidade de existência social e não se dirigir somente ao processo de desenvolvimento que marginaliza os trabalhadores, mas também aos seus costumes, sentimentos e concepções de vida e de mundo (Gramsci, 1978b; Rodé, 1982).

Para encaminhar os questionamentos dessa forma, a direção encontra condicionamentos político-culturais diversos que embarçam um avanço políti-

co homogêneo. Várias ambigüidades são enfrentadas pelo confronto *educação política singular e a ideologia da submissão*, das quais destacamos três.

A terminologia e a própria realidade da *conscientização* envolvem-se em ambigüidades, pois que as idéias motivadoras dos protestos políticos provêm de diferentes origens. Além disso, já existe uma base cultural e as situações diversificadas de existência social dos trabalhadores sem-terra. No mais das vezes, o conceito *conscientização*, de uso corrente, vem acompanhado de ordenação normativa e da noção de que, através da educação política, é possível criar *consciência* num espaço despovoado. Ligado aos aspectos subjetivos e relegando determinações objetivas em razão da sua origem, supõe, de alguma forma, que exista um *espaço vazio* sobre o qual é possível atuar e construir. Por isso, tanto o uso desse conceito apresenta inconvenientes em seu emprego quanto a prática está sujeita a ambigüidades. Perspectivas sob a ótica dialética apontadas nas diversas obras de Paulo Freire e de Pedro Demo colocam delimitações quanto à prática popular de alterar o universo cultural por iniciativas que intentam consolidar a cidadania.

A perspectiva de visualizar-se um *inimigo* radical das preferências vitais dos trabalhadores confere razão de ser ao encaminhamento pedagógico. Questionar a distribuição da terra e não diretamente o capital constitui um dos dilemas da politização no espaço de discussão do

conflito social latente ou declarado em torno da questão agrária. O respectivo conflito define-se pela correlação das forças sociais, e a luta pela reforma agrária, como uma questão relacionada ao conjunto da sociedade⁹. Em outros termos, se deixarmos de lado as alianças nas quais está envolvida, no limite, a reforma agrária poderia ser encampada ocasionalmente como proposta da burguesia.

O capital, em tese, ainda pode revolucionar a perspectiva das condições de vida e de trabalho, alargando o exército de reserva de mão-de-obra. Com a conquista da terra, o capital ainda tenderá a submeter o trabalho; ainda que seja legítima e real a melhoria de vida para os trabalhadores, constitui mudança efêmera frente às tendências generalizadas de concentração do poder e do capital. Poderá a educação política questionar as experiências da luta pela terra, embora precise delas para constituir os seus aspectos fundamentais? A posse da terra, colocada como objetivo fundamental, talvez possa, no horizonte, apenas tornar o capitalismo economicamente mais igualitário, sob o ponto de vista social e político, mais participativo¹⁰. Em outros termos, poderia desdobrar-se numa cultura democrática aquém dos objetivos abrangentes da maioria das lideranças, entretanto, para o conjunto do movimento, consolidar-se-ia em proposta de passos rumo à cidadania.

Várias questões colocam-se ao movimento a propósito de como efetivar o

assentamento para que se realize a continuidade da *escola*, representada especialmente pelos acampamentos. Os trabalhadores assentados reivindicam o ensino público como fundamental para os filhos. Porém, dentro do movimento, estabelece-se uma tendência de rejeição ao padrão de ensino elaborado pelo arquétipo urbano-industrial para adaptá-lo a condições próprias. Imputa-se à escola parcela da responsabilidade pelo afastamento da agricultura e sua desvalorização, mas pode ser convertida em momento para o propício exercício da cidadania. Assim, “repensar a escola significa transformá-la em instrumento da valorização do meio rural, da forma de vida, integrando-a com o conjunto da organização” (Bonin, 1985), configurada no reforço à “vocação agrícola”, fazendo frente à volubilidade da mão-de-obra para garantir a fixação e não o abandono frente às dificuldades inerentes ao assentamento. Tal papel atribuído ao ensino público parece mais imediatamente possível enquanto permanece como experiência local e está relacionado com as contradições sociais.

FORMAÇÃO E PODER POLÍTICO

A formação política, entendida como um processo que se alimenta nas mobilizações, tem sua fonte principal nos confrontos com outras forças sociais. A ambigüidade do relacionamento do movimento frente às configurações do Es-

tado não impede que se modifique o mesmo, pretendendo conferir novas atribuições aos órgãos públicos. As mobilizações dos trabalhadores sem-terra ligam-se a demandas existentes e, ao mesmo tempo, requerem do Estado o cumprimento de funções estabelecidas em lei e, mesmo, atribuem-lhe novas tarefas. No confronto, admitem contestar a configuração representada pela organização estatal.

As freqüentes negociações, os resultados parciais e diferenciados, o limite das diversas instâncias contatadas vão mostrando as contradições que a atuação do Estado comporta. A repressão ou o descaso constituem, no essencial, apenas formas de contornar a pressão popular. As diferentes instâncias, por vezes, constituem artifício para confundir e desalentar os encaminhamentos realizados pelos movimentos sociais. Se serve como um desalento, também pode apresentar-se como a face pela qual os trabalhadores percebem-no como instrumento e artifício da classe dominante, onde a organização do Estado apresenta-se como uma instância pública para contornar os conflitos emanados das demandas populares.

Pode vir a ser a forma pela qual os movimentos sociais contatam o poder de forma mais efetiva. Os dilemas vinculados ao vaivém imposto pelo Estado constituem um momento próprio de formação política, sobretudo na medida em que revelam as contradições e as forças sociais em jogo, bem como desmascaram o papel reservado aos trabalhadores na or-

ganização social. Além da ação estatal, a relação com os partidos políticos institui nova posição frente ao discurso político, em contradição com a ação dos mesmos. Constitui, assim, um outro momento para a elaboração de uma crítica diante do poder político organizado na sociedade e, no horizonte, para a busca de formas de controle sobre o exercício do poder. A oposição efetivada por determinados horizontes partidários às pretensões do movimento, por vezes, parece ser de fácil percepção, clarificando-se melhor diante das ocupações, acampamentos e desapropriações.

À medida que o acesso à terra passa a ser lido como uma questão de decisão política e devido à idéia de que os interesses dos trabalhadores sem-terra estão ausentes na representação parlamentar, encaminha-se o empenho na política partidária. Esse rumo ao auxílio na construção do partido apresenta-se, certamente, como um problema controvertido, não tendo o apoio de toda a categoria, e acentua as posições políticas da direção do movimento em contraposição a outras opções partidárias. As lideranças, além de afirmarem que os membros do movimento devem participar da organização sindical, a partir da metade da década de 1980, acrescentam ainda a afinidade com um partido político definido pela sua ótica ideológica e programa (*Jornal do MST*, out./86). Nos documentos, existe um cuidado deliberado na questão partidária para permanecer nas "orientações", mas os critérios para apoiar

um candidato são tais que desaparece a margem de opção.

O aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio e de representação - sindicatos, partido, movimentos - representa um passo estratégico de continuidade das ações e das mudanças pretendidas pelo MST. Vista da ótica da educação, a luta pela terra transforma-se numa luta favorável ao direito da existência social. Isso implica, basicamente, uma maior participação econômica e política, sendo o movimento elemento propulsor no encaminhamento da percepção de que as reivindicações, no plano econômico e social, vão requerendo maior participação no plano político, pois nele as transformações de maior alcance são decididas; a reforma agrária tem aí suas possibilidades de efetivação e seu embaraço. É essa a questão que o debate de cunho pedagógico aqui exposto pretendeu levantar.

Conforme vimos, várias tensões perpassam o movimento destacado, que expressam de forma mais ou menos acentuada a relação entre os objetivos imediatos e a modificação das contradições sociais. Essas tensões expressam-se a partir de vários problemas: a mudança cultural, a condução democrática, a relação entre ação e reflexão, assim como entre o imediato e o histórico. Tais questões remetem à discussão de problemas teóricos de envergadura que têm preocupado diferentes cientistas sociais ao analisarem os movimentos sociais. Pelo visto, essas questões também estão colocadas

contritamente pelas mobilizações públicas do movimento destacado e sua proposta educativa, na ótica de consolidar-se como manifestação política de setores subalternos.

ABSTRACT

The result of the following research intends to clarify aspects of the educational proposal inherent in the articulation provided by a social movement in the expression of the struggle for land reform. Utilizing Gramsci's contributions to social change, one examines the consolidation of the educational process in the dimensions of thinking and acting, of theory and practice. In the course, historical dilemmas will be pointed out, which are put to the change of cultural optics.

Key words: political education, social movement, culture and conditioning.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Élide R. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BONIN, A.A. e outros. *A luta pela terra no Paraná: os sem-terra de Imaribo*. Belo Horizonte: SBPS, 1985 (mimeo).
- CALDART, Roseli S. *Sem terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAIGER, Luis I. G. *Agentes religiosos e camponeses sem-terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: L. Martins Fontes, 1978b.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Pasado y presente*. Barcelona: Granica, 1977.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. São Paulo, n. 37 a 183, 1984-1994.
- MARTINS, José de Souza - *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Nossas prioridades - 3º encontro nacional. *Cadernos de Formação*. São Paulo: n. 12, 1987.
- _____. *Ações de massa*. *Cadernos de Formação*. São Paulo: n. 7, out./85.
- _____. *Relatório do estudo e avaliação do Movimento dos Sem Terra, de 26 a 28 de outubro de 1985, em Chapecó (SC)* (mimeo).

- RUDE, George. *Ideologia e protesto populares*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.
- SANTOS, José Vicente (Org) - *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinicius C. (Org). *O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.

NOTAS

- ² Especialmente para o conhecimento das questões que dizem respeito aos trabalhadores. "A formação, os cursos, o estudo são maneiras para que cada companheiro tenha mais acesso ao conhecimento. Quem não sabe é como quem não vê. A formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta. Nosso objetivo é formar o maior número de trabalhadores, capacitando-se para serem dirigentes" (MST, 1987, p. 9).
- ³ No mais, a afirmação deve ser datada no tempo inicial do movimento em que tais símbolos vieram à luz: "Símbolos que transmitam de maneira fácil bonita e atraente as idéias do movimento, sua luta e seus interesses. Os símbolos mais usados têm sido: a cruz de Ronda Alta, hinos, músicas, celebrações, o casal de lavradores, o jornal dos sem-terra, o mapa do Brasil com uma enxada dentro e uma planta nascendo" (MST, 1985, p. 7).
- ⁴ Interessante a referida ênfase de Caldart (1987) sob esse aspecto na medida em que relaciona a ação pedagógica e a dimensão cultural, ou melhor, examina as atividades culturais no seio do movimento como fonte de iniciativa e de ação pedagógica.
- ⁵ Dizer semelhante encontra-se no que diz o ditado popular *o que os olhos não vêem o coração não sente*. Ou, ainda melhor, para complementar a nossa análise, *o que o coração não sente, os olhos não*

vêem.

- ⁶ Pode-se verificar, em numerosas ocasiões, que as bases resistem a se deixar manobrar pelos organizadores, ou, mesmo, verifica-se um sentimento de rebeldia, como são os casos de ocupações paralelas à organização do movimento, e os grupos de trabalhadores que buscam beneficiar-se dos resultados criando conflitos nas áreas desapropriadas.
- ⁷ Quanto mais amplo for esse movimento de proporcionar personalidade social e política, diz Gramsci, tanto mais cresce a base de sustentação das mudanças desejadas.
- ⁸ A análise das perspectivas de mudança cultural relaciona-se com outras dimensões da vida cotidiana e tem merecido crescente atenção dos cientistas sociais, até no intuito do relacionamento com outras formas de organização e de luta social. Existe quem faça as contas percentuais e aposte na vantagem numérica para introduzir mudanças, ao se dizer "nós temos força, falta só organizar". A denúncia representa um primeiro passo de fundamental importância, conquanto seja seguido por outros encaminhamentos.
- ⁹ Em diversas lutas sociais, estar-se-ia "... desconhecendo muitas vezes os mecanismos mais gerais que determinam as condições de exploração, ignorando o funcionamento dos centros de decisão política, tendem a concentrar seus esforços nas lutas imediatas e no confronto direto com os adversários visíveis" (Brant. In: Singer & Brant, 1981, p. 26). Vários autores apontam o equívoco do real inimigo, isto é, o capital e não latifúndio, como Bastos, 1984.
- ¹⁰ Confira-se a propósito Singer, in Singer & Brant (1981), p. 220: "Há hoje um vasto acervo de tentativas fracassadas no sentido de tornar o capitalismo economicamente mais igualitário socialmente mais justo... é preciso reconhecer que uma retórica anticapitalista pouco resolve, se ela não foi expressão de uma prática conseqüente."